

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.653.043 - MS (2016/0320721-7)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE : ADÃO FERREIRA DA SILVA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**RECORRIDO : CLÉIA RICARDA AVEIRO**  
**ADVOGADOS : HENRIQUE DA SILVA LIMA - MS009979**  
**RODRIGO BARROS LOUREIRO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - MS013583**

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial, interposto por **ADÃO FERREIRA DA SILVA**, com fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, assim ementado (fl. 71, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO – ACIDENTE DE TRÂNSITO. CHAMAMENTO AO PROCESSO – INADMISSIBILIDADE – RECURSO IMPROVIDO. I) Não caracterizada qualquer das hipóteses legais do art. 77 do CPC a justificar o chamamento ao processo, o pedido de intervenção de terceiro deve ser rejeitado. II) Recurso a que se nega provimento.

Nas razões do recurso especial (fls. 79-85, e-STJ), o agravante aponta violação do art. 77, III, do CPC/73. Sustenta, em síntese, a possibilidade de acolhimento do requerimento de chamamento ao processo de Wiberson Dantas Pereira, condutor veículo em que a ora recorrida era transportada.

Sem contrarrazões (fls. 89, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade (fls. 91-93, e-STJ), negou-se seguimento ao recurso, dando ensejo na interposição do agravo do artigo 1.042, CPC/15 (fls. 97-103, e-STJ).

Sem contraminuta (fls. 108, e-STJ).

Em decisão monocrática (fls. 113-114, e-STJ), deu-se provimento ao agravo, determinando sua conversão em recurso especial.

É o relatório.

Decido.

A pretensão recursal **não** merece prosperar.

**1.** No tocante à alegação de violação do art. 77, III, do CPC/73, aduz o insurgente que "a autorização do chamamento ao processo é medida de justiça!" (fls. 85, e-STJ).

Quanto ao ponto, o Tribunal local se pronunciou nos seguintes termos:

Como é sabido, o instituto do chamamento ao processo, previsto no art. 77 do CPC 1, visa a ampliação subjetiva do polo passivo da demanda para favorecer o devedor, uma vez que permite a inclusão de co-devedores, tornando-os também réus na ação.

Trata-se, pois, de instituto criado para beneficiar o réu, que pode trazer ao processo outro pretendo devedor, que, por opção do autor, não havia sido

colocado como parte ré, impondo, assim, àquele que prossiga no processo em face de quem, a princípio, não demandou.

Desse modo, o instituto tem por finalidade oportunizar ao réu, demandado isoladamente, “fazer com que os co-devedores solidários passem a integrar o pólo passivo da demanda junto com ele, em litisconsórcio”, destinando-se, portanto, “a trazer para o polo passivo da relação processual terceiro que, embora legitimado a figurar como réu desde o início, por vontade do autor não ocupa essa posição. Não se trata de pedido de tutela jurisdicional formulado pelo réu contra terceiro, para que ele venha integrar o polo passivo de outra demanda. O chamante pretende apenas fazer com que a tutela inicialmente pedida, se concedida, alcance todos os supostos co-devedores”.

Neste contexto, o chamamento ao processo traz ao processo todos os possíveis devedores da obrigação, tendo o objetivo de possibilitar que respondam num mesmo momento pela dívida deduzida na inicial. Não há, neste caso, ampliação do objeto litigioso, ao contrário do que ocorre na denunciação à lide, em que é instalada uma lide paralela entre denunciante/denunciado. Aqui, há apenas uma convocação para a formação do litisconsórcio passivo para que chamante e chamado sejam abrangidos pela mesma condenação. Pois bem.

*In casu*, o réu pretende chamar ao processo o motorista da motocicleta da qual a autora era passageira, o que não é cabível, a meu ver.

Isso pela razão de que, uma vez concluído que o acidente foi provocado pelo alegado excesso de velocidade imprimido pelo condutor do veículo do qual a autora era passageira, isso acarretará improcedência do pleito inicial ou, então, configurará culpa concorrente, com reflexo na proporção das indenizações.

Ou seja, as alegações do requerido podem ser voltadas contra a própria autora, já que, se comprovada a culpa do motorista do veículo no qual ela estava, o pedido inicial será improcedente e aquele ficará isento da responsabilidade.

**Além disso, não existe solidariedade pré-estabelecida ou pré-reconhecida, constante de obrigação desde logo havida como certa e indubitosa, como acontece nos contratos de fiança, por exemplo, tampouco dívida comum também preexistente, que pudesse dar ensejo ao deferimento do pedido sob essa rubrica.** Esta, a solidariedade, tem de ser discutida na lide secundária, tumultuando a lide originária. (fls. 73-74, e-STJ)

Como se vê, a Corte local consignou expressamente a inexistência de solidariedade na relação, concluindo, por conseguinte pela inviabilidade do chamamento ao processo.

Em sendo assim, o exame dos requisitos necessários ao reconhecimento da aludida intervenção de terceiros demandaria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Ilustrativamente:

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. INOCORRÊNCIA. CONCESSIONÁRIA DE TELEFONIA. RESPONSABILIDADE CIVIL POR EVENTO DANOSO. INTERVENÇÃO DE TERCEIRO. PRESSUPOSTOS. AFASTAMENTO. SÚMULA 7 DO STJ. APLICAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. CONSTATAÇÃO.

SÚMULA 284 DO STF. INCIDÊNCIA. [...] **4. Esbarra no óbice estampado na Súmula 7 do STJ dissentir da constatada presença dos requisitos para ingresso da agravante na lide (chamamento ao processo), bem como de sua concorrência para o evento danoso ao lado da Concessionária de energia.**[...] 6. Agravo desprovido. (AgInt no REsp 1426533/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 25/09/2017). [Grifou-se]

RECURSOS ESPECIAIS. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. MORTE POR ATROPELAMENTO DE PASSAGEIRO NO AEROPORTO DE CONGONHAS. DANOS MORAIS E MATERIAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. I - RECURSO ESPECIAL DA EMPRESA DE ÔNIBUS PÁSSARO MARRON LTDA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. PERÍCIA. INDEFERIMENTO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7/STJ. DENÚNCIAÇÃO DA LIDE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 70 DO CPC. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7/STJ. DANO MORAL. DEVER DE INDENIZAR. EXISTENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 283/STF. REVISÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DEFICIENTE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 284/STF.[...] **1.3. A convicção a que chegou o acórdão recorrido acerca da necessidade de produção de novas provas, bem como quanto à necessidade de chamamento ao processo, decorreu da análise do conjunto fático-probatório, sendo que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte, o que esbarra no óbice previsto na Súmula n.º 7/STJ** [...] III - RECURSO ESPECIAL DA DEMANDADA PARCIALMENTE PROVIDO PARA REDUZIR O VALOR DAS INDENIZAÇÕES POR DANOS MORAIS E RECURSO ESPECIAL DO IRB PROVIDO PARA MAJORAR A VERBA HONORÁRIA. (REsp 1415537/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 26/11/2015). [Grifou-se]

**2.** Do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator